

Assembleias de Alunos: metodologias ativas para uma gestão democrática de escola

ANA PEREIRA

ana.espada.pereira@gmail.com

Agrupamento de Escolas da Boa Água

Resumo

O presente artigo centra-se na influência das Assembleias de Alunos no desenvolvimento do sentido de cidadania nos alunos, através da construção de uma participação cidadã ativa e pertinente na comunidade, e mais concretamente na gestão democrática de escola, onde os alunos ao longo do tempo foram constatando a aplicação das suas propostas. Pretende-se partilhar o trabalho desenvolvido ao longo de 8 anos com as Assembleias de Alunos e as alterações pedagógicas implementadas no agrupamento desde 2018. Alterações estas preconizadas no plano de inovação pedagógica (PPIP) que promoveu, entre outras ações/estratégias, a metodologia de trabalho de projeto, o trabalho colaborativo e a aplicação de metodologias ativas em sala de aula.

Em paralelo, é realizado algum enquadramento teórico dos conceitos abordados visando uma sustentação das decisões tomadas ao longo do processo e das conclusões atingidas.

Palavras-chave:

Cidadania, assembleias de alunos, autonomia, gestão democrática, inovação pedagógica

Abstract

This article focuses on the influence of Student Assemblies in developing a sense of citizenship in students, through the construction of active and relevant citizen participation in the community, and more specifically in the democratic management of schools, where students over time have seen the implementation of their proposals. The aim is to share the work developed over 8 years with the Student Assemblies and the pedagogical changes implemented in the group since 2018. These changes are recommended in the pedagogical innovation plan (PPIP) which promoted, among other actions/strategies, the project work methodology, collaborative work and the application of active methodologies in the classroom.

In parallel, some theoretical framework of the concepts covered is carried out, aiming to support the decisions made throughout the process and the conclusions reached.

Key concepts:

Citizenship, student assembly, autonomy, democratic management, pedagogical innovation

Introdução

Ao olharmos para os últimos 50 anos em Portugal, onde situamos o principal foco da vida democrática portuguesa, podemos realçar os últimos quarenta em termos de Educação com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986. Apesar da aplicação na escola portuguesa dos pressupostos deste importante e crucial documento, constatamos que ainda temos uma sociedade em grande transformação e que procura consolidar a democracia conquistada. Ora, para atingir este objetivo necessitamos de cidadãos conscientes do seu papel e preparados para agir na sua defesa. É pois neste campo que a escola, tal como refere a Lei da Bases do Sistema Educativo, no seu artigo 3.º, deve assumir um papel fundamental no que à formação cidadã concerne, contribuindo para a construção de uma cidadania ativa e consciente dos seus cidadãos.

Este artigo visa a partilha da experiência da criação e desenvolvimento da Assembleia de Alunos no agrupamento de escolas onde leciono, o qual pretende assumir de forma consistente o seu papel na formação de cidadãos participativos.

1. O Projeto Pedagógico de Inovação do Agrupamento

Em maio de 2017, o Agrupamento de Escolas da Boa Água assume-

se como candidato ao Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP), o qual visava promover o sucesso e a qualidade das aprendizagens de todos os alunos, reforçando a autonomia das escolas para conceção e aplicação de projetos educativos inovadores. Esta escola teria assim uma maior liberdade para introduzir alterações de âmbito organizacional e pedagógico, tanto ao nível didático como da gestão curricular, promovendo um maior alinhamento das práticas educativas com as dinâmicas da sociedade atual. Liberdade esta que neste âmbito aumentou em 100% a capacidade de autonomia dos vários níveis de gestão para definição das suas estratégias.

Inicialmente o PPIP continha as seguintes 10 medidas: “Criação de Programas Curriculares Individualizados (PCI)”; “Redução da dispersão curricular” (alterações ao nível curricular, criando-se uma articulação curricular vertical e horizontal); “Criação de metas modulares”; “Reformular a matriz curricular na matemática do 3.º e 4.º anos”; “Integração e articulação do currículo de expressões no 1.º ano de escolaridade”; “Co-Lab, promoção do trabalho colaborativo” (trabalho colaborativo constante, numa lógica transdisciplinar e entre pares de alunos de faixas etárias/níveis de desenvolvimento diferentes); “Projeto EDULABS”; “Programa de Tutorias e E-

Turma”; “Implementação de Novos Modelos Pedagógicos”; e “Eliminação de períodos letivos”.

Também ao nível do 1.º ciclo, em consonância com o objetivo de construção de uma escola de qualidade de todos e com todos, considerando a inclusão e articulação com as famílias e com a comunidade, o Agrupamento aceitou o desafio de desenvolver uma Comunidade de Aprendizagem numa das suas unidades de 1.º ciclo, o que se revelou significativo para a inclusão deste ciclo na atividade das Assembleias de Alunos. De salientar que, segundo a página eletrónica da Direção Geral de Educação, a “construção de Comunidades de Aprendizagem pressupõe a apropriação dos princípios da Aprendizagem Dialógica (Diálogo Igualitário, Inteligência Cultural, Transformação, Dimensão Instrumental, Criação de Sentido, Solidariedade e Igualdade de Diferenças), nos quais a comunidade se irá alicerçar para que a transformação aconteça e se abra espaço para a implementação das Ações Educativas de Sucesso, em função das necessidades da comunidade em geral”. Ainda de acordo com os pressupostos do projeto que o Agrupamento integrou, referir que as metodologias comunicativas assentam num conjunto de premissas que visam a universalidade da linguagem e

ação, as pessoas como agentes sociais transformadores, a racionalidade comunicativa, o desaparecimento da hierarquia interpretativa e o conhecimento dialógico (INCLUD-ED project, 2010).

De salientar que, os referidos princípios vêm ao encontro do desenvolvimento dos valores expressos no Perfil do Aluno: responsabilidade e integridade; excelência e exigência; curiosidade, reflexão e inovação; cidadania e participação; liberdade.

Em suma, sublinhe-se a valorização que o Agrupamento atribuiu, de uma forma vertical, às questões da comunicação, da cidadania e da participação e ainda ao reconhecimento das pessoas como agentes sociais transformadores.

Em 2017, surge também a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a qual “propõe que os alunos e as alunas (...) realizem aprendizagens através da participação plural e responsável de todas e todos na construção de si como cidadãos/ãos e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos.(...) assume-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto tridimensional na atitude cívica

individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural” (p. 3).

Com base no exposto quadro referencial, e com o elevado grau de autonomia conferida pela implementação do PPIP, a “Assembleia de Alunos” foi delineada com o enquadramento de algumas medidas PIPP e pretendendo abranger as quatro áreas de competência espelhadas no Perfil do Aluno, a saber: informação e comunicação, raciocínio e resolução de problemas, pensamento crítico e pensamento criativo, relacionamento interpessoal e desenvolvimento pessoal e autonomia, assim como a abordagem do domínio “Instituições e Participação Democrática”.

Além das áreas de competência, foram ainda consideradas para a concretização destas assembleias algumas das implicações práticas expostas no Perfil do Aluno, tais como:

- organizar e desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e extraescolares;
- promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em

valores;

- criar na escola espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsabilmente;
- valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.

Com todo este contexto, fica obviamente claro como o Agrupamento se encontrava impelido e comprometido com tão expressivas transformações na sua metodologia e na sua ação, nas quais os alunos deveriam assumir um papel mais interventivo.

E assim, foi concebida a “Assembleia de Alunos” para 1.º, 2.º e 3.º ciclos, que visava, e visa, incluir os alunos na experiência do diálogo e da análise da sua realidade e proporcionar condições de verdadeira participação na procura de soluções para os problemas, atribuindo-lhe competências para poder optar e decidir em relação a si mesmo.

2. O desenvolvimento da Cidadania

Tal como refere Gomes da Silva (2014) “o trabalho desenvolvido pela escola já não se resume à tríade do ler, escrever e contar, nem a um conjunto de aprendizagens profissionais diretamente utilizáveis no

mundo do trabalho. Ela deve ainda formar cidadãos conscientes, participativos, informados, competentes, solidários e responsáveis. Na sociedade contemporânea exige-se cada vez mais esta missão.” (Silva, 2014, iii)

Também para Jacques Delors (1996), nas atuais sociedades complexas, é necessário preparar cada pessoa para a participação democrática em projetos comuns, num processo em que o mesmo autor designa por “alfabetização política elementar”, defende que a escola deve assumir-se como um modelo de prática democrática que leve os alunos a compreender, a partir de problemas concretos, quais são os seus direitos e deveres e como o exercício da liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e liberdades dos outros.

O sistema educativo e, mais concretamente a instituição escolar, não pode, pois, ignorar as suas responsabilidades neste âmbito e deve assumir um papel decisivo nos processos de integração e de construção de uma cidadania de todos, com todos e para todos.

É por isso importante o modo como a Escola se organiza, como funciona, como garante a comunicação e como promove a formação cívica do aluno: formação para os valores, formação para a autonomia e a participação ativa na sociedade.

No modelo construído, estas assembleias tornaram-se uma atividade fundamental para a construção do seu modelo de inovação, funcionando estas como um exemplo de metodologia ativa que envolve todos os alunos dos vários ciclos e grande número de professores.

Ao fechar este ponto, sublinhar que estes plenários, que se assumiram inicialmente como promotores da cidadania e do desenvolvimento das competências para a intervenção no sentido de uma gestão democrática dos alunos, só pôde assumir forma concreta no contexto extraordinário em que o agrupamento se encontrou no ano letivo 2017/2018. O grau de autonomia que recebeu, entre muitos outros aspetos permitiu alterar o modelo pedagógico para Metodologia de Projeto e centrar o método de ensino no aluno recorrendo a metodologias ativas em sala de aula e incentivando o trabalho colaborativo.

Estas alterações profundas na atividade da escola, vieram incrementar a autonomia e o sentido crítico dos alunos, tornando-se também a sala de aula um espaço mais democrático e participado.

3. As assembleias de alunos como estratégia de promoção da Cidadania

Tal como referem, Backman e Trafford (2007), “a participação democrática é melhor aprendida em etapas desde o início da escolaridade, onde os mais jovens prontamente assimilam e vivem os valores e as práticas de democracia” (p. 9).

As assembleias de alunos assumem-se como órgãos consultivos aos quais compete dar parecer acerca de todas as matérias de interesse relevante para a vida do Agrupamento. Visam fundamentalmente, constituir-se como promotores de uma cidadania ativa, onde cada aluno tem direito a manifestar a sua opinião, tornando possível uma tomada de decisão conjunta sobre vários assuntos em debate no seio escolar, e com este momento mensal, que os alunos sejam mais autónomos, responsáveis, socialmente ativos, com capacidades de resolução de problemas e que desenvolvam uma consciência cívica coerente.

Por motivo de falta de espaço físico para contar com a presença de todos os alunos nas sessões das Assembleias, as turmas são representadas pelo seu Delegado de Turma (ou na falta deste pelo seu Subdelegado). Contudo, os temas a trazer à assembleia, as

argumentações e a intenção de voto sobre as propostas, são previamente debatidas em Assembleia de Turma, por forma a garantir a participação de cada turma e não exclusivamente a opinião dos seus representantes. Sabendo que, a gestão democrática é sempre participativa, mas que nem sempre a gestão participativa é democrática, pretende-se garantir que os temas são discutidos previamente em Assembleia de Turma garantindo a participação de todos os alunos, e assim promover uma gestão democrática cada vez mais consistem-te.

A convocatória das sessões e a gestão dos trabalhos em cada sessão é realizada pela Mesa da Assembleia, eleita entre os seus elementos constituintes, sendo redigida uma ata em cada sessão. Para a eleição da Mesa da Assembleia são apresentadas listas de 3 elementos (1 Presidente, 1 Vice-presidente e 1 Secretário(a)) na segunda sessão, as quais devem ser constituídas por alunos dos 3 ciclos de escolaridade.

O Presidente da Mesa da Assembleia deve reunir com o Diretor do agrupamento duas vezes por ano, por forma a transmitir-lhe as principais preocupações e deliberações resultantes das sessões.

Uma atividade que visa fundamentalmente desenvolver as competências de reflexão sobre a comunidade, de comunicação e

intervenção. Fundamentalmente, contribuir para a construção de cidadãos ativos e participativos na comunidade, o que se constatava que não acontecia, pois, os alunos demonstravam pouco interesse em participar em atividades de voluntariado, ou em decisões em prol do grupo ou da comunidade. Outro facto relevante, e que poderia estar a influenciar uma certa apatia participativa nos alunos, respeitava às suas famílias e ao facto de aquela ser a freguesia com maiores níveis de abstenção em diferentes atos eleitorais. Os alunos não valorizavam a sua participação na gestão escolar e na da comunidade, e esse era um facto.

Tal como referiu Vitorino M. Godinho (1984), “o fundamental é que na escola os educandos se possam organizar como os adultos num município, e assim vão aprendendo, na prática, a desempenhar os papéis sociais da cidadania, a conhecer pela sua própria experiência como funciona a sociedade, e a assumir cada vez mais a responsabilidade dos seus atos e decisões, até a plenitude daquilo por que responde o cidadão; treinam-se para tomar decisões e, nas assembleias, as deliberações que a todos eles interessam como seres humanos que se vão realizando”.

Uma cidadania ativa requer que os indivíduos sejam capazes de

analisar e gerir a informação que recebem e de expressar as suas ideias e pontos de vista de uma forma clara. Na escola “é através do trabalho pedagógico na turma, do desenvolvimento de práticas inovadoras, da invenção de dispositivos, que se pode desenvolver nos alunos competências que os ajudarão a construir a autonomia. Esta construção quotidiana da autonomia é certamente um processo extremamente rico para o futuro do aluno” (Pinto, 2007).

No seio desta revolução metodológica, medidas como a criação no horário das turmas de Assembleias de Turma onde os alunos podem discutir as propostas a apresentar na Assembleia de Alunos, ou a utilização de plataformas digitais para partilha de informação, foram cruciais para o incentivo à participação ativa na comunidade escolar. O que se pode constatar não só pela quantidade e qualidade de propostas levadas para discussão, como pelos muitos projetos desenvolvidos pelas turmas ao longo destes anos que se têm centrado na melhoria do espaço físico da escola ou das relações entre os seus intervenientes, para os quais os alunos pedem frequentemente o apoio da comunidade.

4. Processos e resultados das Assembleias de Alunos

As Assembleias de Alunos têm sido assim nos últimos 8 anos uma referência no agrupamento, onde todas as turmas, do 1.º ano ao 9.º ano, têm representatividade, e que serve de mote para se reunirem mensalmente e discutirem segundo as regras estabelecidas, pelos elementos da Assembleia, a sua vivência escolar. Nestes momentos os alunos entendem como funciona uma assembleia, incrementam o respeito pela opinião dos outros, e tomam consciência da relevância de construir em conjunto uma escola ainda melhor com o poder da sua Voz. Segundo Backman & Trafford (2007), a investigação sobre gestão democrática das escolas mostra que apesar de ser importante o estabelecimento de regras, a atribuição de confiança aos alunos torna-os mais responsáveis. Governar baseado na confiança é muito mais sustentável do que governar por meio de ameaças, melhorando assim a disciplina na escola.

Este artigo tem por base um estudo que realizei sobre este tema junto dos alunos, necessário para a elaboração da minha dissertação de mestrado, o qual veio confirmar que a maioria dos alunos reconhece a importância das Assembleias de Alunos na vida escolar e reconhecem algumas das suas decisões implementadas nas diversas

unidades escolares do agrupamento. Também referem que gostariam de ter ainda mais influência na gestão escolar. A experiência diz-me que a maioria das decisões tomadas nestes fóruns são ponderadas e pertinentes, pelo que o crescimento progressivo de uma gestão democrática no contexto da nossa comunidade escolar é perfeitamente plausível.

E assim, nestes anos de acompanhamento da atividade das Assembleias de Alunos, pude constatar a relevância que assumem para o desenvolvimento dos alunos. Pois, tal como refere Araújo (2008), estas são um espaço de diálogo, negociação e construção participada, em que os alunos são protagonistas da ação e da mudança, com impacto na vida da escola. Além de constituir um espaço de mediação, estas assembleias visam constituir-se como um espaço de democracia participativa, reconhecendo-se as diferenças e os pontos de vista comuns dos diferentes intervenientes e incentivando-se o respeito e a convivência no espaço escolar enquanto espaço coletivo de diversidade.

Reflexões finais /Recomendações

Esta partilha de experiência é baseada na experiência pedagógica vivenciada durante oito anos no agrupamento onde leciono. O meu papel nestas Assembleias de Alunos foi, inicialmente o de criação da atividade e posteriormente o de acompanhamento e supervisão de todas as sessões, até à data.

Como docente, ao refletir sobre este tema, não posso deixar de realçar aquele que é o conceito de cidadania que considero mais completo e que pertence a Jorge Sampaio (Paixão, 2000), no qual refere que esta “é a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e ação que se pensa”. É este conceito que como docentes e cidadãos de um país livre e democrático precisamos desenvolver nas nossas crianças e jovens.

A escola precisa assim criar experiências reais de exemplos práticos onde os alunos possam compreender o seu papel enquanto cidadãos, e a importância da sua ação para defesa da liberdade e da democracia,

as Assembleias de Alunos são claramente um desses exemplos.

Referências Bibliográficas

- Araújo, U. (2008). Resolução de conflitos e assembleias escolares. In Cadernos de Educação, pp. 115-131.
- Backman, E. e Trafford, B. (2007). Learning and living democracy: democratic governance of schools. Council of Europe Publishing.
- Delors, J. (1996). Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (UNESCO). ASA.
- Lima, L. (1998). A Escola como a Organização e a Participação na Organização Escolar. Universidade do Minho.
- Paixão, M. L. (2000). Educar para a cidadania. Lisboa Editora.
- Pinto, A. C. (2013). A qualidade da Democracia em Portugal. A visão dos cidadãos. Imprensa de Ciências Sociais.
- Sérgio, A. (1984). Educação Cívica. 3.ª edição. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação.
- Silva, C.G. da (2014). Cidadania e autoridade na Escola Pública Democrática. ISCTE, IUL.

Legislação:

- Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto.
- Despacho n.º 5908/2017 da Secretaria de Estado da Educação (Despacho para a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018).
- INCLUD-ED project. (2010). Strategies for inclusion and social cohesion in Europe from Education.

Nota curricular

Ana Isabel Espada Pereira é professora do 2.º ciclo de Matemática e Ciências da Natureza e mestre em Administração e Gestão de Escolas, com dissertação em Gestão Democrática de Escolas. Acumula vários cargos, incluindo a coordenação da atividade Assembleia de Alunos (2016 à atualidade), de Cidadania e Desenvolvimento (2018 à atualidade), da bancada de escola da Assembleia Municipal Jovem de Sesimbra (2017 à atualidade), e do Orçamento Participativo de Escola (2018 à atualidade). Participa ainda em outros projetos de Cidadania, destacando-se o projeto Ubuntu, e o Parlamento dos Jovens.